

38º Encontro Anual da ANPOCS

SPG23 - Tolerância, Justiça Distributiva e Reconhecimento

Debate público sobre políticas de cotas e de transferência condicionada de renda:
concepções de justiça distributiva e os caminhos do desenvolvimento brasileiro

Juliana Marques da Silva

Caxambu/MG

2014

1. INTRODUÇÃO

Promover qualidade de vida em geral e garantir justiça distributiva são, hoje, ideais normativos em muitas sociedades, inclusive na brasileira. Nos últimos 20 anos, o Brasil viveu uma série de avanços no que diz respeito a essas aspirações e, no entanto, ainda precisa lidar com questões prementes, das quais destaco a pobreza e desigualdade social. Estas questões são recorrentemente elecandas pela opinião pública nacional e internacional como cruciais para o futuro desenvolvimento social do país e aparecem no topo de prioridades dos discursos oficiais de governo.

Este trabalho trata do debate público sobre pobreza e desigualdade social no Brasil, tal como é travado por diferentes setores da elite através da imprensa. Trata, mais especificamente, dos termos desse debate quando estão em discussão duas das mais polêmicas políticas sociais adotadas no país nas últimas décadas, a saber: o programa de transferência condicionada de renda, o Bolsa Família, e a política de ação afirmativa que prevê cotas raciais de acesso ao ensino superior.

Por meio de uma análise de discurso de textos opinativos publicados entre 2008 e 2012 em quatro jornais de grande circulação, busco mapear percepções sobre pobreza e desigualdade, incluindo suas causas, consequências, dilemas e possíveis soluções. Ou seja, procuro destacar que processos são elencados para explicar esses fenômenos sociais (justificativas para sua existência), quais são as consequências identificadas desse processo e que tipos de ações são classificados como desejáveis ou indesejáveis, factíveis ou não face à realidade que se apresenta. Os jornais estudados são: O Globo, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e Valor Econômico.

O fato de interesse é que, em meio à controvérsia pública, os autores e seus textos falam do papel da política e de diferentes atores sociais na reprodução ou na atenuação de situações de sofrimento e de grandes assimetrias do acesso a recursos valorizados socialmente. Ou seja, expressam a defesa de uma determinada distribuição de papéis de responsabilidade social.

A opinião pública informa-se a partir dos julgamentos e proposições sustentados na esfera pública - como “pacotes de interpretação” - por vozes de autoridades que selecionam e organizam o discurso, o que é dito e o que não é dito (Campos, Féres Jr. & Daflon, 2013; Sen, 2010; Foucault, 2005). Ademais, os membros da elite que registram suas opiniões nas colunas do jornal não estão implicados apenas na formação de um senso comum sobre o tema, mas na maioria das vezes estão eles próprios envolvidos na

formulação, crítica ou implementação de políticas de estado que visam dar conta desses problemas sociais.

Não cabe aqui discutir se a imprensa detecta ou cria polêmicas, opiniões e significados com grande pervasividade, mas entender que estes perduram mais ou menos na medida em que há ou não cobertura midiática a seu respeito. Tão importante quanto a existência (ou inexistência) de um debate sobre um “problema social” eleito pela sociedade – ou por parte dela, empenhada em promover determinada agenda política –, é o seu modo de existência, ou seja, os conteúdos e suas formas, mobilizados no perpetuamento do debate.

Os objetivos desta pesquisa consistem em mapear as concatenações em torno das causas, consequências e ações esperadas na lida com os problemas sociais gerados pela pobreza e pela acentuada desigualdade social, e fazer uma interpretação mais livre de um tipo de sentimento moral indispensável para a compreensão dos processos de coletivização de recursos valorizados socialmente. Refiro-me à *solidariedade*, à ideia de reciprocidade – obrigação de dar, de receber e de retribuir, no seu sentido antropológico mais clássico (Mauss, 1925) - entre membros de uma mesma sociedade.

O conceito genérico de solidariedade, tão diverso no seu uso no campo das ciências sociais, refere-se, embora não exclusivamente, a um motivo moral que mobiliza certo reconhecimento de identidade e uma busca, que pode envolver sacrifícios, do bem comum (Rapport & Overing, 2000). Verso sobre esses aspectos na medida em que estão expressos no material de análise e impactam, direta ou indiretamente, na vida coletiva.

Em meio a esta discussão, vislumbram-se convicções sobre que modos de vida, virtudes ou pessoas são merecedoras de recompensa e de auxílio - seja por parte do poder público, seja por iniciativa privada – e que modos de viver e ser são passíveis de repressão e punição (Sandel, 2012; Hossain, 2005).

2. PERCEPÇÕES SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE: DEBATES TEÓRICOS

2.1 Por que estudar percepções?

Interpretações sobre a existência da pobreza, graus de tolerância para com a desigualdade e abertura para políticas redistributivas são cruciais para a delimitação de políticas públicas. Isto porque para além dos indicadores oficiais de pobreza, cognições,

normas e valores à respeito das causas e conseqüências da pobreza e da desigualdade e sobre quais são as soluções justas, possíveis e desejáveis desempenham um papel fundamental para a ação, individual e coletiva (Kalebee-Nyamongo, 2012; Reis, 2012; Moore & Reis, 2005, Lane, 1992).

Há espaço significativo para variações desses fatores e por isso, neste trabalho, confiro centralidade ao “dar sentido” à vida social, com o objetivo de investigar quais as diferentes maneiras de se construir relações de obrigação moral ou de interdependência entre grupos sociais, com vista à justiça distributiva. Estas são questões fundamentalmente sociológicas sobre onde estão os limites de uma comunidade política, dentro dos quais é possível reivindicar solidariedade e justiça.

A perspectiva que adoto neste trabalho se alinha ao programa forte da sociologia cultural que defende a autonomia analítica da cultura, ou seja, a centralidade das mediações simbólicas na construção da ordem social, e a busca por se entender o modo como a cultura incide no cotidiano das relações entre os atores sociais (Alexander, 2003). Parafraseando Geertz (1978), uma referência teórica direta para esta pesquisa e na proposta do programa forte, a cultura é uma teia de sentidos a que se tem acesso através de uma “descrição densa” das performances humanas.

No caso deste trabalho, o texto social é o texto escrito no jornal, para o grande público, envolto de cuidados em relação ao discurso que defende. A performance está na escolha do vocabulário, nos exemplos e metáforas criados, na citação de certas vozes e omissão de outras, nas construções gramáticas que podem fazer do sujeito um ator que age voluntariosamente ou um ator passivo sobre quem se age.

2.2 Referência teórica

Esta pesquisa tem como referência teórica imediata o conceito de “consciência social” de Abram de Swaan (1988) e é inspirada por sua análise macro-histórica de como as elites concedem parte de seu poder favorecendo políticas redistributivas. Uma perspectiva como esta se insere no marco mais amplo das teorias das elites, cujas principais premissas são: ações das elites têm efeitos determinantes sobre a relação entre estado e sociedade; e todas as sociedades, independentemente de sua organização política, prevêm a formação de uma elite (Pareto, 1935; Mosca, 1939; Michels, 1915).

De Swann apresenta uma análise baseada na teoria da ação coletiva e no conceito eliasiano de figurações sociais. Seu livro sobre a coletivização da assistência à

saúde, da educação e do bem-estar social no ocidente moderno compara os distintos desenvolvimentos históricos dos Estados Unidos, Países Baixos, Grã-Bretanha, França e Alemanha frente a um problema comum: o da crescente interdependência humana acompanhada da exposição das elites às externalidades negativas da pobreza e da desigualdade.

Sua pergunta central é: como e por que países desenvolveram arranjos coletivos, compulsórios e em escala nacional para lidar com problemas de deficiência e adversidade que pareciam afetá-las separadamente e clamar por soluções individuais? A resposta é dada pela conjunção de duas linhas de investigação, pertencentes a diferentes tradições intelectuais. Uma se relaciona com o conceito de “externalidade negativa” da economia (“*external effects*”), que se refere às conseqüências indiretas da deficiência ou adversidade de uma pessoa sobre outras que não partilham diretamente da mesma condição. A partir deste conceito, de Swann faz uso da teoria da ação coletiva e da teoria dos jogos para analisar, formalmente, o comportamento de grupos interdependentes e com interesses divergentes.

A segunda tradição intelectual a que ele recorre está ligada à sociologia histórica de Norbert Elias, que trata da expansão e intensificação das cadeias de interdependência humana no curso do tempo. Nesse sentido, o conceito de “figurações humanas” é central para o argumento de Swann. Uma figuração é um padrão estruturado e em permanente transformação de seres humanos interdependentes (Elias, 1993).

Segundo Norbert Elias (1993), a divisão social avançada de funções sociais permite o surgimento do Estado como máquina estável e especializada para administração dos monopólios conquistados. Quanto mais dependentes são agregados pelo mecanismo monopolista do estado, mais o monopolista se vê dependente da teia humana que contribui para o funcionamento do sistema social em sua plena potencialidade. Os monopólios então privados do rei tendem a se tornar monopólios públicos, uma função da interdependência social. Esta interdependência social torna a teia de ações e relações individuais tão extensa e complexa que os indivíduos são envolvidos, queiram eles ou não, num “processo civilizador”.

Em consonância com a análise histórica de Elias, Abram de Swaan explica a mudança de atitude em relação aos pobres a partir de mudanças na balança de dependência mútua entre grupos sociais, uma conseqüência da emergência dos estados nacionais e da ascensão do capitalismo. Ao tratar da emergência das ações (e coordenações) de caridade na Europa Moderna e o subsequente surgimento das

poorhouses, de Swann argumenta que o problema da pobreza passa a ser um problema dos ricos na medida em que é traduzido como um problema de distribuição de parte da riqueza. Do ponto de vista das elites, a distribuição desta riqueza não poderia, entretanto, alterar as regras de sua produção, acumulação e conservação.

A assistência aos pobres mobilizou a ação coletiva voluntária dos ricos porque servia ao interesse comum de defesa contra as ameaças que os desapossados representavam (rebeliões, criminalidade, contágio de doenças e inchaço das cidades por conta da migração) e à necessidade de se manter uma reserva conveniente de força de trabalho, soldados, consumidores e eleitores.

A questão crítica, à época, era a da ação coletiva, ou seja, a de como assegurar que cada indivíduo com condição econômica razoável participasse da partilha dos bens a fim de sustentar o projeto de caridade que servia ao interesse que tinham em comum. Como evitar que certos indivíduos se eximissem de contribuir com sua parte e, mesmo assim, usufríssem dos benefícios advindos da caridade? O equilíbrio desse tipo de esquema era delicado e precisava ser baseado na confiança mútua de que todos colaborariam, de modo que ninguém tiraria vantagem do conjunto de contribuintes.

Inicialmente, a estrutura religiosa cristã ofereceu a solução para o dilema da ação coletiva. A Igreja Católica, no nível paroquial, desempenhou o papel de intermediário entre os ricos e suas doações e os pobres, bem como exercia o controle social e moral sobre aqueles que deveriam contribuir para a manutenção do sistema. Nesse ponto, no entanto, não deixou de residir o dilema da ação coletiva, que levou os arranjos regionais, intermediados pela Igreja Católica, a entrarem em acordo com as autoridades públicas, delegando ao Estado a preocupação com a pobreza. Apenas no curso do século XIX, no entanto, o aparato estatal se tornou elemento decisivo no processo de coletivização.

No contexto urbano do início da Era Moderna, por exemplo, a preocupação com a limpeza da água, com o descarte de lixo industrial e doméstico e com o destino do esgoto na prevenção de epidemias (e de “inconveniências” de comportamento) levou ao estabelecimento de medidas públicas de saúde por parte do estado.

As redes de interdependência social entre ricos e pobres eram cada vez mais intensas e a proximidade física, cada vez mais perturbadora. A infração dos costumes cada vez mais civilizados, no sentido de Norbert Elias, e o horror à proliferação de doenças contagiosas levou ao desenvolvimento da infra-estrutura de saneamento básico e de fornecimento de água limpa em escalas cada vez maiores, uma vez que as medidas

individuais de prevenção e a segregação espacial não resolveram o problema. Reformas sanitárias redefiniram o problema da higiene pessoal e da doença, até então compreendidos como de foro individual, em um problema coletivo de saúde pública, permitindo que o estado desempenhasse medidas intervencionistas cada vez mais significativas.

Em resumo, uma vez que as pessoas começam a se assentar em um território comum, a desenvolver os mais variados recursos e a estocar, elas desenvolvem dependências recíprocas, porém assimétricas por conta do acesso desigual às oportunidades existentes. Dada uma figuração de riqueza material, de autoridade política, de dominação (e, portanto, subordinação) econômica e militar, o problema da pobreza existe apenas como o da distribuição mínima da riqueza de modo a conservar os padrões de dependência e exclusão que definem, de um lado, os ricos, e do outro, os pobres. Essa distribuição de riqueza requer controle, ou seja, ação coletiva orientada. O que determinou a mudança para as soluções coletivistas dos problemas da pobreza e da adversidade foi uma mudança na balança de poder entre grupos de interesse e a crescente capacidade administrativa do estado.

A partir da segunda metade da década de 1970, entretanto, as forças expansivas desse modelo de estado sofreram uma desaceleração e revisão, principalmente devido aos déficits orçamentários que ele impunha. A perspectiva ilimitada de crescimento econômico sob esse modelo foi posta em cheque. Esta hesitação, porém, não determinou uma virada brutal no *modus operandi* dos velhos estados nacionais. Os limites do estado de bem-estar não eram necessariamente administrativos e financeiros. A crítica se voltou para os termos da justiça redistributiva e de incentivos e alocações de recursos apropriados.

Como parte do mesmo movimento, De Swann percebeu a valorização da profissionalização e da técnica como panacéia para esses problemas. Ele argumenta que o aumento do aparato estatal responsável por coordenar a expansão da coletivização da assistência social no século XX está intimamente ligado à transformação dos estratos médios da sociedade. A relação entre os estados de bem-estar e a população, contribuinte através de impostos e submetida a leis de taxaço e regras para usufruir dos benefícios, é mediada pelos *experts*, que, embora não exclusivamente, eram membros recrutados da classe média.

Este fenômeno levou a admissão de jovens educados e profissionalizados a uma nova elite ("*distribution elites*") no poder (circulação de elites). Esse grupo burocrata

emergiu no processo de formação do Estado e contribuiu significativamente para o processo de coletivização da assistência. O discurso sobre a pobreza, inicialmente uma preocupação religiosa e permeado pelo medo por parte daqueles que não eram pobres, passou a pertencer a um idioma diferente, o social e político.

O conceito de “consciência social” de Abram de Swaan, tão caro ao meu trabalho, refere-se a percepções de elites sobre pobreza e desigualdade. Mais especificamente, refere-se à realização de três condições fundamentais para o processo de coletivização:

1. As elites passam a ter consciência da interdependência entre ela e a sociedade como um todo, ou seja, percebem-se afetadas pelas externalidades negativas da pobreza e das desigualdades;
2. As elites acreditam ser possível mudar a realidade;
3. As elites fazem uma avaliação moral da situação e assumem responsabilidade pelo destino “do social”;

O autor nega a inevitabilidade de um processo de coletivização tal como o Europeu em escala global, embora relações entre ricos e pobres e os dilemas da ação coletiva se repitam nessa escala. De fato, é sabido que altos índices de pobreza e de desigualdade continuam a coexistir com a constituição de estados nacionais, com processos de urbanização, monetarização da economia e intensificação da interdependência humana em várias figurações sociais.

Valores e princípios de justiça, disposições altruístas, culpa existencial e um clima geral de compaixão, que pode ser alavancado por algum acontecimento público de grande repercussão, como uma catástrofe natural ou mesmo as eleições, são variáveis que devem ser levadas em consideração na análise da coordenação e distribuição de recursos (Bendix, 1964; Montada, Schmitt & Dalbert, 1986; Reis, 2011).

Moore e Reis (2005) coordenaram uma pesquisa comparativa sobre ercepções de elites no Brasil, Haiti, África do Sul, Índia e Bangladesh e, conceitualmente, definem *percepção* como uma combinação de cognições, que são entendimentos não-avaliativos; normas, que são ideias internalizadas e papéis apropriados; e valores, que são ideais sobre o que nós podemos ser ou fazer. Na presente pesquisa, faço uso desta definição.

Uma maneira pragmática de abordar quais os valores, normas e cognições acerca das desigualdades e da pobreza é através das defesas, críticas e reações a políticas públicas que tratam diretamente desses temas. Atualmente, no Brasil, as duas políticas paradigmáticas nessa área são foco neste estudo. Ao empenhar esta análise, é possível

explorar a relação entre a sua reação frente a mudanças institucionais, a distância social entre elites e não-elites e as percepções existentes sobre o seu papel e o de outros grupos sociais no desenvolvimento social brasileiro.

O conceito de “distância social” entre as elites e as classes mais baixas pode ser uma variável explicativa do comportamento das primeiras em relação às últimas (Blofield, 2011a). Isto porque a distância social produziria três dinâmicas de reprodução dela mesma e da condição desfavorecida dos pobres:

1. produz percepções errôneas sobre a realidade em que vivem os mais pobres. Por não a conhecerem, as elites podem julgá-la menos severa em termos de discriminação e privações materiais, ou podem construir idéias descoladas da realidade sobre os gostos e preferências, o comportamento e as necessidades dos pobres;
2. Tende a reduzir o sentimento de identidade e, portanto, solidariedade entre elites e classes baixas, fazendo com que políticas redistributivas não figurem no horizonte de possibilidades das elites políticas; e
3. Promove a ignorância e a indiferença em relação aos problemas vividos pelos pobres, o que também impacta na capacidade e na vontade política do Estado ou das próprias elites, em caráter privado, de agirem a fim de minimizar ou erradicar esses mesmos problemas.

Blofield conclui que as instâncias de debate aberto – no congresso, na Internet, na mídia, na imprensa etc. - sobre pobreza e desigualdade permitem-nos não só observar a articulação pública das elites, mas também tornam possível acessar a distância social existente e, ao mesmo tempo, abrem espaço para a aproximação social e para a contestação das percepções de ambos os lados.

3. É PRECISO VONTADE POLÍTICA: ANÁLISE EMPÍRICA DE TEXTOS OPINATIVOS NA IMPRENSA BRASILEIRA (2008-2012)

O termo desigualdades sociais, aqui, englobará desigualdade sócio-econômica e diferenças que se relacionam com características fenotípicas – de cor de pele, neste caso mais específico – que, historicamente, foram critério para a exclusão social de certos grupos e para a institucionalização de desigualdades no acesso a recursos valorizados na sociedade em geral.

3.1 Apontamentos metodológicos

A fim de acessar as percepções das elites de diversos setores, utilizei material produzido pelos próprios atores sociais para a circulação em nível nacional, através de um dos tantos recursos a que eles têm acesso para influenciar o Estado e a sociedade, a saber, o recurso simbólico e político da mídia. Os quatro jornais selecionados são: O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Valor Econômico. Ao total, foram analisados 157 textos opinativos, dos quais 39 são editoriais e 118 são colunas de opinião.

O recorte temporal – de 2008 a 2012 - tomou como base a inclusão, na agenda política nacional, de temas como transferência de renda e política de cotas raciais – estratégias públicas para diminuir a desigualdade social e a pobreza no país que receberam destaque na agenda política e na opinião pública. O fator determinante para o recorte analítico, porém, foi o de acesso às fontes primárias e a possibilidade de comparação entre os periódicos.

A análise de discurso empregada, com ajuda do *software ATLAS ti*, é um método de análise textual que explora a sintaxe e a semântica¹, buscando conteúdos (significados) latentes, seja pela frequência de palavras, argumentos ou ideais a fim de montar um corpo de representações, seja pela escolha do léxico ou pelo uso gramatical. Defendo que o texto escrito tem regras específicas de manifestação que permitem algum controle do processo de enunciação e de leitura. Trata-se de um campo conscientemente organizado, no qual encontramos os sinais de uma linguagem classificatória, controlada por mecanismos de poder (Matte&Lara, 2009).

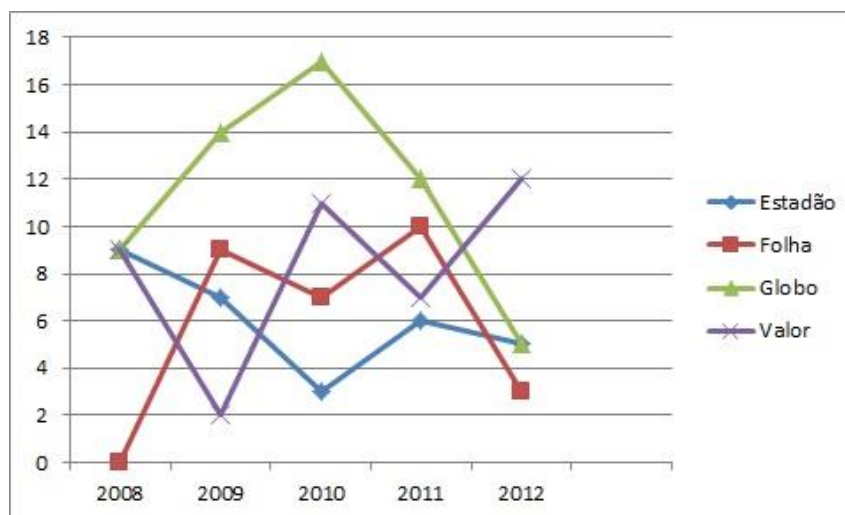
Embora eu não esteja centrada nos processos de produção e controle dos discursos, parto da suposição foucaultiana de que, sempre, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de processos e métodos que têm por função “conjurar poderes e perigos”. Para Foucault (1970, 2005), o discurso não se reduz à tradução de um sistema de dominação. O discurso, ele próprio, é aquilo pelo o que se luta. Em sua obra, porém, ele não estava interessado na análise detalhada dos textos, como eu estou. Nesse sentido, minha abordagem metodológica se aproxima da análise interdiscursiva de Fairclough (2003). Enquanto a análise crítica do discurso está preocupada com mudança e continuidade em nível

¹ Nas divisões da linguística, sintaxe se ocupa das relações entre as palavras ou entre as orações, enquanto a semântica estuda a significação (processo de união do significante com o significado) das palavras (signos linguísticos).

estrutural, mais abstrato, a análise interdiscursiva considera textos em termos dos diferentes discursos, gêneros e estilos nos quais eles se baseiam.

Os textos analisados nesta pesquisa dividem-se em dois gêneros: editoriais e colunas de opinião. Nos editoriais, os editores do jornal expressam opiniões, em nome de todo o corpo jornalístico, sobre temas públicos os mais diversos, colaborando para a construção da ideia de que o jornal é neutro em suas demais seções e reforçando a autoridade da opinião parcial, a partir da mobilização do “capital jornalístico”. Já colunas de opinião são escritas por “atores relevantes”, selecionados pelo jornal, que representariam grupos organizados da sociedade. Ou seja, membros de grupos de elites políticas, tecnoburocratas, do mercado e de intelectuais públicos.

Gráfico 1: Textos opinativos divididos por ano e por jornal



Ao total, são 78 autores diferentes, dentre os quais, seis (6) membros da elite empresarial, 17 tecnoburocratas, 21 políticos e 34 intelectuais, incluindo jornalistas, professores, economistas e pesquisadores. Destes, apenas dez (10) são mulheres, sendo quatro (4) intelectuais, três (3) políticas e três (3) tecnocratas. Além do pequeno número de autores e de frequência de publicação de elites empresariais e de mulheres, chama atenção o fato de nenhum líder de sindicato ou representantes da sociedade civil, incluindo líderes de movimentos sociais, constarem na lista de autores. Este padrão já havia sido identificado por Lyra e López (2012), em análise do mesmo período e tipo de material. Há duas explicações concorrentes para este fato: esses atores não têm interesse ou não tem espaço para publicar nos jornais selecionados.

Há uma série de marcadores textuais de relações semântico-gramaticais que são passíveis de interpretação. As principais relações semânticas entre sentenças seguem

enumeradas a seguir e compuseram as redes de significações montadas durante a análise do material empírico. Estes marcadores podem ser de tipo:

- 1) Causal:
 - a) razão (porque, por razão)
 - b) consequência (então)
 - c) propósito (a fim de)
- 2) Condicional (se)
- 3) Temporal (quando)
- 4) Aditiva (e, além disso, ademais)
- 5) Elaborativa (incluindo exemplificação, clarificação)
- 6) Contrastiva / concessiva (mas, entretanto, todavia)

Em suma, a análise das relações internas de um texto inclui:

- a) relações semânticas: de significado entre palavras, expressões, entre elementos das orações, entre orações;
- b) relações gramaticais;
- c) relações de vocabulário: padrões de co-ocorrência de palavras e expressões, repetição de palavras ou significados (uso de sinônimos).
- d) relações sintagmáticas: entre elementos que de fato estão presentes no texto.
- e) relações paradigmáticas: relações de escolha, elas chamam atenção para o que está presente e o que poderia estar presente, mas não está (ausências significativas – ou significantes?).
- f) intertextualidade;
- g) pressuposições: significados implícitos, implicações lógicas e suposições sem embasamento empírico.
- h) nível de dialogicidade (*dialogicality*).

3.2 Solidariedade e distância social: o que aprendemos sobre as dimensões valorativo-afetivas do debate?

Questões sobre as bases e origens da ação moral, especialmente quando contrastadas com a contínua secularização da vida moderna, foram fundacionais para a sociologia como disciplina. Durkheim desenvolveu, ao longo de sua obra, uma profunda preocupação com a sociedade como uma força moral e religiosa que despertava impulsos para ações que ora produziam coesão social ora produziam cismas. *Em As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1989), Durkheim apresenta uma abordagem multidimensional da moralidade: ordens morais, segundo ele, são construídas por coletividades de indivíduos envolvidos cognitivamente e emocionalmente com o mundo social.

Em franco diálogo com a filosofia kantiana e, em particular, com as reflexões epistemológicas sobre a necessidade de conhecer o mundo através do entendimento (ou seja, através de categorias universais constitutivas da natureza humana, como tempo, espaço, causalidade etc.) e da experiência (uma vez que o mundo não é conhecido tal como ele é, mas sim tal como ele é socialmente experienciado), Durkheim perscruta tanto a natureza ontológica do ser humano como as condições sociais de sua existência, estando estes dois mundos – o metafísico e o social - relacionados de maneira primordial e permanente. Durkheim defende, então, que as noções fundamentais da mente, as categorias essenciais de pensamento, e as formas de estar no mundo são produtos da interação social (Carrithers, Collins & Lukes, 1999).

A defesa de que a construção da ordem moral é social – e não universal e inata - passa pelo argumento de que ela é dependente de experiências coletivas, que moldam tanto as emoções quanto a reflexividade dos indivíduos. Esta visão está diretamente relacionada com o desenvolvimento da ideia do “homo duplex”. Para Durkheim e para parte da sociologia moderna preocupada em teorizar sobre o sujeito, existe um dualismo constitutivo da natureza humana.

De um lado, o indivíduo é constituído por seu corpo biológico, individual, e é orientado por uma série de “estados de consciência” relativos a experiências sensoriais, desejos e formas egoístas de se relacionar com um mundo que lhe é, ou ao menos lhe parece, externo. Por outro lado, ele também é orientado para a coletividade, tanto no sentido cognitivo quanto no moral, e procura contrabalancear seus impulsos egoístas e anti-sociais a partir da consideração da dignidade e do sentimento de identidade com o outro.

Não apenas Durkheim, mas toda a literatura clássica das Ciências Sociais do século XIX e início do XX sustentam que os laços morais entre grupos de indivíduos transformaram-se com a industrialização, a crescente divisão do trabalho, a secularização e a expansão do “individualismo moral”. Mesmo quando havia divergências teóricas entre os clássicos, como entre Émile Durkheim e Ferdinand Tönnies (1995), no que concernia à natureza do vínculo moral na comunidade e na sociedade, podemos encontrar uma linha interpretativa comum, segundo a qual o ator social se torna mais individualizado e dependente de um número cada vez maior de pessoas e relações, vendo-se desafiado a construir e sustentar laços morais com grupos que lhes são cada vez mais distantes e variados, e cujas demandas podem ser contraditórias e inconciliáveis entre si.

Tönnies destaca que a mudança social e política relevante na passagem da comunidade tradicional para a sociedade moderna é percebida no padrão de interação entre os indivíduos, que passa a ser menos local (face-a-face), baseado em valores patriarcais, e mais impessoal, baseado em regras racionais, muitas vezes relacionados à provisão de serviços e produtos. Para Tönnies, os dois tipos de interação social não são excludentes e estão sempre presentes em qualquer formação social, mas variam em predominância e influenciam em grande medida a ênfase em motivadores afetivos e normativos ou em motivadores racionalizados e impessoais. Durkheim discordava desta visão, classificando-a como utilitarista e discorreu longamente sobre a força do vínculo moral do indivíduo com a consciência coletiva na sociedade moderna, através de grupos, especialmente os ocupacionais (Durkheim, 2004; Giddens, 1998).

Em “Da Divisão do Trabalho Social” (2004), esta era justamente a questão que originou a teorização sobre os tipos de solidariedade e a análise da passagem de uma sociedade com base em uma solidariedade de tipo mecânico para uma sociedade de solidariedade orgânica. A solidariedade orgânica derivava da divisão do trabalho e da contínua especialização e interdependência entre os grupos.

Enfim, para Durkheim, as sociedades modernas seriam distintivas por sua fé na própria humanidade, pelo o que Durkheim chamava de culto ao individualismo moral. A sociedade substituiria “Deus” e o culto do indivíduo envolveria não a glorificação dos próprios interesses, mas o sentimento de compaixão em relação ao sofrimento humano aliado a um desejo, sedimentado pela Revolução Francesa, de igualdade e justiça. A força do argumento de Durkheim é grande. Ao por em perspectiva as transformações sociais modernas e o renascimento, no campo das idéias, do interesse no humanismo, da crença no livre exercício das capacidades humanas e do engajamento político-social de parcelas cada vez maiores da sociedade, ele antevê o desenvolvimento de uma ideologia que hoje tenta se impor no cenário político internacional, a ideologia dos direitos humanos.

Este desenvolvimento já era discutido no âmbito da filosofia política e era tratado em paralelo com outras questões centrais para os filósofos, como a da natureza da comunidade política e a dos papéis do indivíduo e do Estado na garantia da justiça e na busca pelo bem comum. Dito isto, esta investigação continua com uma pergunta clássica de filosofia política, que fora apropriada, de certa forma, pela sociologia: em que consiste o raciocínio moral (dos textos analisados)?

Em sociedade, haverá sempre divergências entre o que é considerado certo e errado, justo e injusto. Algumas pessoas concordam com o sistema de cotas raciais na admissão ao ensino universitário como uma forma de remediar erros do passado e desigualdades presentes, outros consideram essa estratégia uma forma injusta de discriminação invertida.

“[...] a maioria das discussões sobre justiça é a respeito de como distribuir os frutos da prosperidade ou os fardos dos tempos difíceis e como definir os direitos básicos dos cidadãos.” (Sandel, 2012:20)

Dentre as filosofias morais e políticas mais clássicas que disseminaram-se para além da academia e são encontradas em reflexões do senso comum sobre concepções de bem social e justiça, destaca-se, entre outras, o utilitarismo. O utilitarismo pressupõe que a moral consiste em pesar custos e benefícios em busca da maximização da felicidade e da atenuação da dor. De acordo com o seu fundador, Jeremy Bentham, a coisa certa a fazer é aquela que gera os melhores resultados, ou seja, é aquela que maximizará a utilidade da maior quantidade de pessoas envolvidas no dilema moral (do dilema da distribuição de recursos, por exemplo). Ou seja, o indivíduo não possui direitos fundamentais e inalienáveis, mas importará enquanto for considerado em conjunto com os demais e contribuir para a utilidade mais geral.

“Utilidade”, para esta doutrina, significa tudo aquilo que produz prazer ou felicidade. As preferências que levam à felicidade não são julgadas moralmente, elas são quantificadas e agregadas no cômputo da felicidade geral. Os conceitos de certo e errado são orientados pelos sentimentos de dor e prazer, não importa o quão díspares eles possam ser. “Prazer e dor nos governam em tudo o que fazemos e determinam o que devemos fazer”, diz Bentham (Sandel, 2012:55).

Essa proposta de não julgamento do sentimento de prazer e da felicidade constitui o grande atrativo da doutrina utilitarista, pois ela garante a liberdade da expressão e do exercício individuais do que se considera bom e justo. Entretanto, a operacionalidade de uma suposta ciência da moral, que consegue transformar sentimentos de felicidade em utilidades quantificáveis e que desconsidera direitos individuais fundamentais em favor da maioria, suscita dúvidas e críticas.

John Stuart Mill tentou reformar o utilitarismo, conciliando-o com a ideia de direitos individuais inalienáveis. Seu princípio central tornou-se senso comum: somos livres para fazer o que quisermos desde que não façamos mal a ninguém. “Eu vejo a

utilidade como a instância final de todas as questões éticas; mas deve ser uma utilidade no sentido mais amplo, baseada nos interesses permanentes do homem como um ser em evolução” (Mill, 2000). Ao conciliar a questão do desenvolvimento humano e dos direitos individuais, qualquer que seja seu efeito no bem-estar geral imediato, Mill, na verdade, abandona a doutrina utilitarista como sendo a ciência da moral baseada na quantificação das utilidades (ou seja, na consideração das consequências), sem julgamento moral sobre o conteúdo das utilidades. Mill foge da premissa do utilitarismo e não só faz distinção entre desejos mais e menos nobres, como questiona os desejos como sendo a única fonte moral das escolhas.

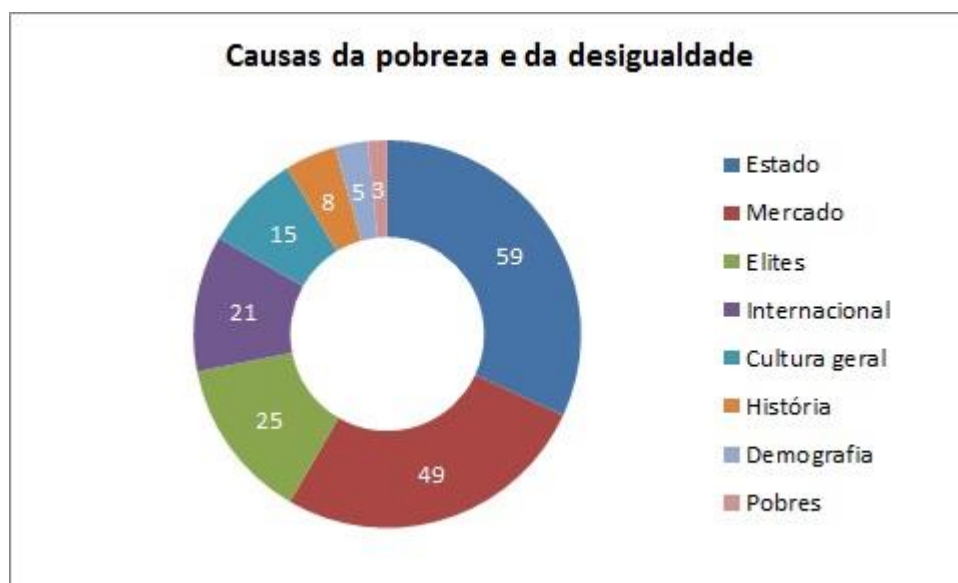
Assim como Mill, comunitaristas e libertaristas rejeitaram o utilitarismo e defenderam que a moral significa algo mais. Os libertaristas defendem a liberdade humana acima de tudo e têm como princípio moral a propriedade sobre si mesmo. São contrários à regulamentação do governo e a favor do livre mercado e do Estado Mínimo, responsável por garantir contratos, manter a paz e proteger a propriedade privada. Para os libertaristas, o Estado não deve ser paternalista e promulgar leis que defendam as pessoas de si mesmas, como a obrigatoriedade de usar cinto de segurança, por exemplo, tampouco devem legislar sobre a moral ou redistribuir recursos.

A defesa do livre mercado é usualmente sustentada pelo princípio libertário, relativo à liberdade, e pelo princípio utilitarista, relativo ao bem-estar. Críticos – como os liberais comunitaristas - afirmam que as escolhas de mercado nem sempre são livres e que certos bens e práticas são degradados quando submetidos à lógica monetária do mercado. Esses levantam uma questão interessante para as ciências sociais: até que ponto as desigualdades sociais prejudicam a equidade das instituições sociais – como o mercado? Escolhas são livres quando não estamos sob excessiva pressão (econômica, por exemplo) e se estivermos minimamente informados sobre as alternativas existentes.

Nos textos analisados, não houve uma única posição libertária. Não só a doutrina libertária está ausente do material empírico, como o próprio conceito de liberdade não figura nas preocupações anunciadas. No campo dos silenciamentos está, ainda, a visão utilitarista. Por outro lado, é dominante a consideração pelo desenvolvimento social, sendo, porém, poucas as vezes em que a expressão nominal “desenvolvimento humano” é utilizada. Ainda assim, há reverberação de ideias relativas a direitos individuais inalienáveis que devem ser respeitados, em geral relacionados a vagas noções de “condições dignas de vida” e, principalmente, “justiça”.

As ideias sobre justiça mobilizadas nos textos não parecem significar exatamente o respeito à liberdade e aos direitos individuais, como nas versões clássicas da filosofia política e da moral, mas a diminuição de desigualdades de acesso a recursos materiais e a promoção de oportunidades mais equânimes para todos. Retornarei a este ponto e comentarei as percepções normativas presentes no texto, logo a seguir.

Gráfico 2 – Causas da pobreza e da desigualdade



Com relação às percepções sobre as causas desses problemas sociais, destaco a preponderância do Estado, entidade genérica, ora como agente ora como mecanismo responsável pela manutenção da situação atual. O segundo fator causal mais citado é o mercado e, sobretudo, as crises financeiras. Não é recorrente a construção de uma conexão causal entre os problemas sociais enfrentados pela sociedade brasileira e a lógica de funcionamento do mercado, em essência, embora esta interpretação apareça. Destaca-se, outrossim, a falta de controle público sobre o mercado e de investimentos públicos em áreas estratégicas. A recorrência do mercado como dinâmica causadora de pobreza e de desigualdade, com destaque para crises internacionais, condiz com o cenário conjuntural de crise econômica global pós-2008.

Em seguida, ocupando os terceiro e quarto lugares na escala dos fatores causais mais recorrentemente citados, estão (a cultura política das) as elites e o sistema internacional, apontado como uma estrutura hierárquica que constrange e ameaça o desenvolvimento nacional.

Com menos expressividade, outras razões foram elencadas para explicar pobreza e desigualdade social no Brasil. Elas incluem: cultura política ou econômica de modo

geral, porém sem especificação de que grupos sociais viveriam de acordo com uma visão de mundo supostamente problemática, o processo histórico com início na condição de colônia exportadora, aspectos demográficos e, por fim, os próprios pobres.

Com relação às principais consequências da pobreza e das desigualdades, verifica-se que a violência foi a única externalidade negativa significativa citada como afetando, de forma direta, a sociedade como um todo. Há 37 menções à deterioração da qualidade de vida como uma externalidade da pobreza e da desigualdade social, sendo que apenas duas (2) delas afirmam que os impactos negativos atingem a sociedade em geral, enquanto o restante indica que as consequências negativas afetam a qualidade de vida dos pobres.

A segunda externalidade negativa mais destacada diz respeito ao conceito abstrato de justiça ou de qualidade moral da sociedade; um conceito que a princípio afeta a todos. Agreguei percepções sobre justiça e sobre moralidade em um único conceito para fins de síntese, mas a análise minuciosa do conteúdo dos textos deixa transparecer quatro ênfases distinguíveis quanto aos atores a que se referem.

Gráfico 3 - Externalidades negativas da pobreza e da desigualdade



De um modo geral, os textos clamam por condições de vida justas para os grupos desprivilegiados. Neste primeiro caso, os atores que sofrem moralmente são os desprivilegiados. Como atores passivos, eles precisam receber justiça e ter sua dignidade restituída. Este resultado está alinhado com a percepção de que são os próprios grupos desprivilegiados os que sofrem com a desigualdade e a pobreza, estando o restante da sociedade satisfatoriamente protegido em seus modos de vida.

Uma quantidade grande de textos (28 de 37, o equivalente a 75% dos textos que tratam dessa temática), porém, refere-se à consciência moral de atores que têm ao seu alcance as condições de mudar o cenário atual. Neste caso, os atores sociais que são resonsabilizados pela situação atual (ou pela sua mudança) degradam-se e degradam a sociedade por não cumprirem seu papel e não cuidarem de suas obrigações sociais.

Além dos pobres, os outros três tipos de atores relacionados à questão da moral e/ou da justiça são: processos agentivos (com qualidade de atores), porém descarnados (sem menção explícita aos atores que colocam tais processos em andamento); “nós” genérico, o povo brasileiro; e agentes privilegiados, sobretudo elites políticas. Retornarei neste ponto mais à frente.

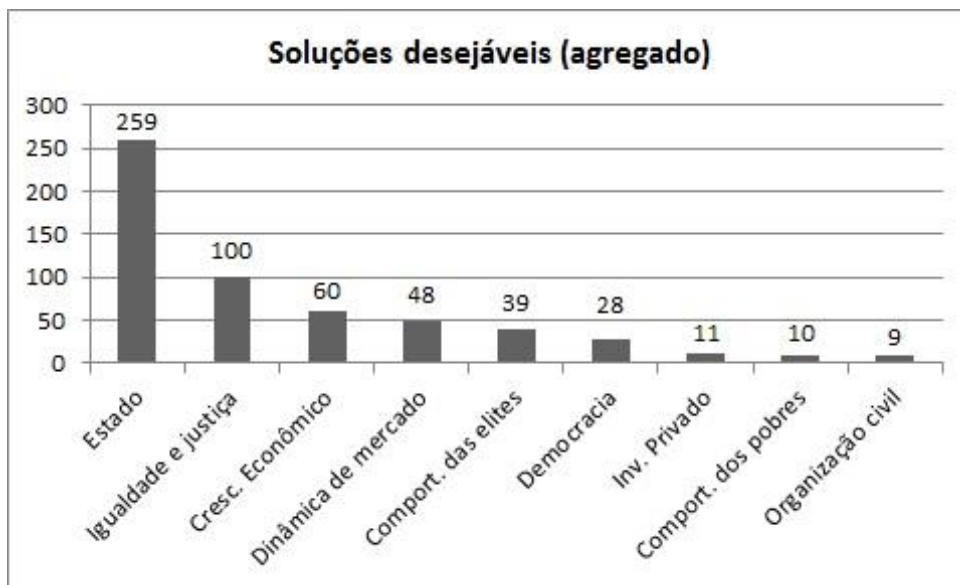
Conforme já dito, a terceira externalidade negativa mais tratada, a violência, impacta a população em geral, com destaque dos próprios textos para o efeito sobre os grupos não-pobres, que vivem fora dos bolsões de pobreza mas são por eles afetados. A consideração da violência não é insignificante, estando presente em 28 dos textos analisados (equivalente a 17%). Soma-se a esta ressalva o fato de que em 17 textos (10,7%), outra externalidade – a da degradação do meio ambiente – tem potencial de atingir a sociedade como um todo, de maneira indiscriminada. Por fim, 7 textos (4,4%) mencionam efeitos negativos da desigualdade e da pobreza para o crescimento econômico.

Em resumo, a principal externalidade negativa mencionada atinge as próprias classes desfavorecidas, enquanto a segunda externalidade mais citada diz respeito a uma ideia abstrata e fraca – por não ser possível colher evidências de sua existência - de culpa existencial por parte dos setores da sociedade que poderiam transformar a situação desses grupos e, no entanto, não o fazem. Grosso modo, embora haja noção de interdependência social entre pobres e não-pobres, tem-se a percepção geral de que a pobreza afeta principalmente os pobres, sendo esta condição passível de mudança. Resta conhecer quem, segundo os textos, deve trabalhar para que esta mudança aconteça e como ela deve ser realizada.

Em meio a miríade de soluções apontadas, é possível agregar alguns itens em outros mais abstratos e assim mensurar a força (recorrência) de determinadas respostas ao problema da pobreza e da desigualdade. Reuni sob a saída via “Estado”, as posições que apontam para a necessidade de reforma da máquina estatal, de investimento público, inclusive em educação, ações afirmativas e transferência de renda, e de fortalecimento do que tem aparecido como “vontade política”. Juntos, esses itens

assinalam a percepção geral de que a solução passa necessariamente e principalmente pelo Estado. É impressionante que, em 158 textos, haja 259 menções a saídas para a pobreza e a desigualdade que dependem da atuação estatal.

Gráfico 4 - Soluções desejadas – versão agregada



A segunda forma de resolução mais frequentemente mencionada ataca a segunda externalidade negativa mais citada e diz respeito à busca por maior igualdade e justiça. Esses dois conceitos ora são apresentados como ideal a ser perseguido ora como valores básicos necessários para a superação da pobreza e da desigualdade.

Em terceiro e quarto lugares estão o crescimento econômico e a dinâmica de mercado. Embora, segundo a percepção geral, o crescimento da economia e o mercado não sejam seriamente afetados pela existência de pobreza e de desigualdade, podendo obter sucesso apesar desses males sociais, eles são considerados meios importantes para resolver esses problemas e, inclusive, beneficiariam-se de uma possível melhora de indicadores sociais.

Enfim, ainda são significativas as menções ao comportamento ou à cultura das elites, aqui usados de maneira intercambiável com base na definição de cultura como um repertório de hábitos e estratégias de ação (Swidler, 1986), e à necessidade de fortalecimento da democracia. Também figuram no debate, porém sem ressonância: o investimento privado, que aponta para a responsabilidade social do setor privado, o comportamento dos grupos desfavorecidos e a mobilização social em geral. Este é um

ponto relevante e que chama atenção, estando em acordo com os resultados referentes aos atores que foram mobilizados nessas narrativas. Este ponto voltará a ser abordado.

Há 22 menções explícitas à necessidade de se manter ou expandir programas de transferência de renda e apenas 1 recomendação direta de implementação de políticas de ação afirmativa. A pouca relevância desses itens, em especial da política de ação afirmativa, contrasta radicalmente com a preponderante importância atribuída às ações do Estado para a consecução dos objetivos sociais aqui discutidos. Os programas de transferência de renda foram tratados diretamente em 51 dos 157 textos e recomendados em apenas 22. A política de cota racial para entrada na universidade foi tratada em 9 textos (5,7% do total). Apesar de poucas recomendações diretas, houve, ao todo, 95 menções positivas aos estudos de caso aqui tratados.

A explicação mais recorrente para a avaliação positiva das políticas é a da eficiência, mesmo que não sejam suficientes para, sozinhas, mudar a realidade em nível estrutural. Em seguida, há 13 menções à justiça e ao sucesso na criação de condições de maior igualdade. É interessante notar que não é feita nenhuma correlação entre o sucesso dessas políticas e a diminuição da violência, a externalidade negativa da pobreza e da desigualdade que, segundo as percepções mapeadas, mais afeta a sociedade como um todo.

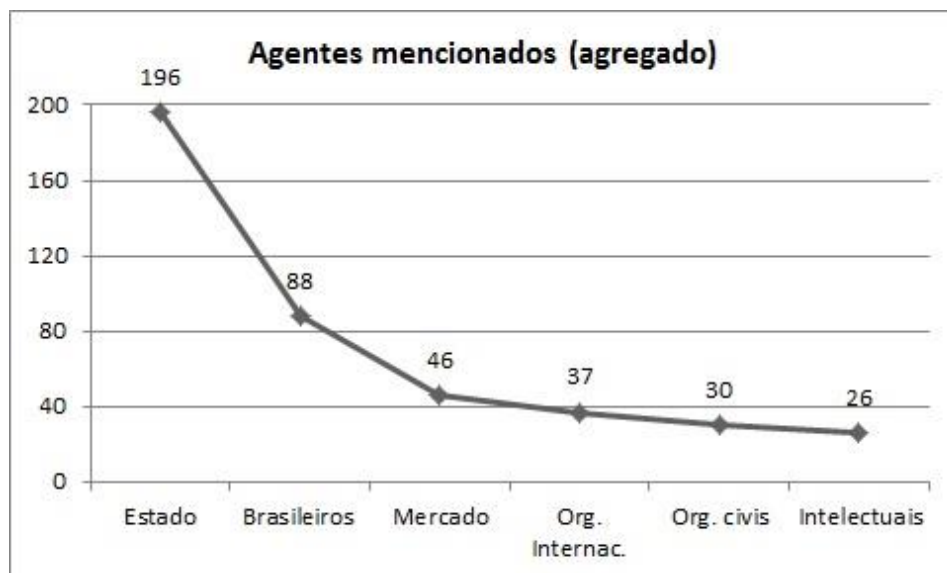
Há, ao todo, 78 menções negativas às políticas sociais. A principal crítica, endossada por metade das menções, admite impactos positivos decorrentes das políticas sociais, mas as considera insuficientes para resolver definitivamente a questão social em pauta. As demais críticas são: injustiça, aumento da dependência das camadas desfavorecidas de ações consideradas “assistencialistas” do Estado e ineficiência. Dentro do categoria “injustiça”, estão subsumidas considerações sobre o perigo de tais políticas para a construção de laços de solidariedade na sociedade brasileira.

No debate público brasileiro, quem são os atores citados, como eles estão relacionados entre si? É possível abstrair algum padrão de relações sociais a partir dessas narrativas políticas?

Em termos de frequência, predominam referências ao Estado, como entidade genérica, e às elites políticas. Na versão agregada do gráfico dos agentes mencionados, essas duas categorias e a categoria de elites burocráticas formam uma única categoria, o “Estado”. É notável que, em todos os textos, esses atores têm função agentiva. Em contraste, grupos desfavorecidos ou mesmo a população brasileira, de modo mais geral, figuram como sujeitos passivos. Esta diferença aponta para uma percepção

generalizada de que a população e, em especial, os pobres não possuem agência relevante para a melhora da sua qualidade de vida.

Gráfico 5 – Agentes mencionados



É importante destacar que, nos casos em que grupos desfavorecidos são incluídos nesses discursos como sujeitos ativos, eles o são através de seu papel no mercado de trabalho. Mencionei, anteriormente, que o debate sobre bem-estar e justiça, na filosofia e na sociologia política, mobiliza a ideia de virtude, ou seja, inclui considerações sobre que comportamentos devem ser promovidos e recompensados e quais devem ser desencorajados ou reprimidos. Disposição para o trabalho é a virtude que lhes cabe, segundo o debate público que teve lugar na mídia entre 2008 e 2012. A perspectiva de melhoria de vida se dá através do consumo. Questões relacionadas à preservação da integridade física por distanciamento de uma realidade violenta, à auto-estima ou à possibilidade de desenvolvimento pessoal e cultural não são abordadas.

As elites econômicas e a dinâmica do mercado, a quem também é atribuída agência, são sujeitos ativos que atuam em conjunto com o Estado, ora para impulsionar o crescimento econômico, com efeitos indiretos sobre a melhoria de vida dos setores mais pobres, ora para proteger seus próprios interesses em detrimento do bem-estar de parcelas da população.

Talvez haja quem se surpreenda com a análise das referências às organizações civis, movimentos sociais e outras formas de associação da população. Mesmo com o aumento das parcerias público-privadas e passados quase trinta anos do início do processo de redemocratização do país, é digno de nota como esses atores são pouco

centrais para o processo de redistribuição de recursos e oportunidades. Esses atores vem sempre acompanhados do ator mais central neste processo, o Estado. Ora o Estado é um parceiro desses grupos não-estatais, ora é um mobilizador, crucial para a própria existência dessas outras organizações. As perspectivas da disputa, da fiscalização, da contestação e mesmo da pressão política não são significativas.

Finalmente, um dos achados mais interessantes do mapeamento aqui realizado diz respeito ao predomínio radical de recursos discursivos de supressão ou indeterminação dos sujeitos de ação (ativos)² dos processos aos quais os discursos se referem. Ao invés dos autores representarem processos sociais com a construção gramatical mais usual, ou seja, com orações que possuem sujeitos identificáveis, verbos de ação e predicados, fazendo uso de certas preposições entre elementos da oração e entre orações, grande parte dos processos sociais é ora transformada em entidades, através do recurso da “substantivação”³, ora representada com orações com sujeito oracional⁴, indeterminado, oculto⁵ ou inexistente. É igualmente frequente fazer referência a agentes da voz passiva. Não está em discussão se estes usos são ou não intencionais, todavia, sua reincidência textual é significativa.

As diferentes vozes verbais (ativa, passiva e reflexiva) representam a relação existente entre o processo verbal e o sujeito desse processo. Quando a voz ativa é utilizada, ela quer indicar que o sujeito da oração é o agente, isto é, o executor da ação verbal. Já na voz passiva, o sujeito sofre a ação expressa pelo verbo e na voz reflexiva, o sujeito executa e sofre a ação, ao mesmo tempo. Dependendo do tipo do verbo, por exemplo, se ele for intransitivo (ou seja, do tipo de verbo que não necessita de complemento), o sujeito fica mesmo impossibilitado de figurar na frase.

Esta é uma descoberta de apelo interpretativo. O agente, tanto do ponto de vista da sociologia como do ponto de vista linguístico, é um elemento central. Na perspectiva da linguística, o sujeito ativo é considerado o termo de maior ênfase em uma oração⁶,

² Aqui me refiro aos sujeitos das orações, responsáveis por praticar as ações descritas, e não aos sujeitos sociais em geral, que poderiam funcionar, nas orações, como componentes do predicado (como objetos diretos ou indiretos).

³ Transformação de uma oração em um substantivo ou em palavra ou expressão com qualidade de substantivo.

⁴ Quando o sujeito de um verbo é uma oração.

⁵ Também chamado de elíptico, subentendido ou desinencial.

⁶ “Orações” estruturam-se em torno de um verbo ou locução verbal, apresentando sujeito e predicado. O que caracteriza uma oração é a existência de uma ação, representada pela existência de um verbo, não importando se tal oração apresenta ou não sentido completo, quando analisada sozinha. Orações distinguem-se de “frases”, definidas como qualquer enunciado linguístico capaz de transmitir uma ideia.

ocupando um local típico e exclusivo, o início da oração, e destaca-se pelo fato de o predicado referir-se inteiramente a ele. O uso da voz passiva possibilita que o agente seja suprimido ou ganhe menos destaque na oração. Da mesma forma, o uso de sujeitos impessoais tem a intenção de fazer referência apenas ao processo, sem indicação clara de agentes.

Como consequência dessas estratégias e daquela da substantivação, as pessoas que iniciam processos ou agem sobre eles estão ausentes dos textos. Verbos conjugados na voz passiva, defectivos⁷ ou no infinitivo⁸ também ganham *status* de agentes e contribuem para suprimir os sujeitos dos processos sociais. A hipótese que levanto, a partir desta incursão detalhada no material empírico, é que tais estratégias, conscientes ou não, refletem uma tendência generalizada de não se debater, a fundo e publicamente, a agência, possível e desejada, dos diferentes grupos *vis-a-vis* suas responsabilidades no debate sobre pobreza e desigualdade no Brasil.

De modo abrangente, o Estado continua sendo apontado como o principal agente responsável pela situação atual e pela sua mudança, faltando-lhe tanto vontade política quanto capacidade gerencial para lidar com a complexidade desses problemas sociais. Em seguida, a via do mercado é considerada a complementação natural à intervenção estatal na economia e na sociedade com o objetivo de distribuir recursos e melhorar a qualidade de vida da população em geral. Organizações internacionais são incentivadoras de “boas” práticas e normas legitimadas pela comunidade internacional, enquanto a população de modo geral, os pobres e os intelectuais pouco podem influenciar.

Aos grupos desfavorecidos não cabe a mobilização política a fim de pressionar a máquina estatal nem o associativismo solidário, mas apenas receber a assistência oriunda do Estado e empenhar-se para (estudar e) trabalhar. O que mensura a qualidade de vida é a possibilidade de consumo e não a garantia de direitos universais como liberdade e segurança (em seus mais variados sentidos).

Há claramente um entendimento muito restrito da desigualdade como sendo desigualdade de renda e as percepções sobre as ações afirmativas reforçam esta ideia.

Um frase pode ser composta por uma ou mais palavras que constituem um enunciado de sentido completo. Já um “período” é uma frase que possui uma ou mais orações.

⁷ Verbos defectivos são os verbos que não têm sujeito. Normalmente, são usados na terceira pessoa do singular. Os principais verbos impessoais são: haver, fazer, ser, estar, bastar, chegar, entre outros.

⁸ O infinitivo é uma forma verbo-nominal que designa o processo em si mesmo, sem referência clara ao momento de sua realização, ao contrário do que acontece nas formas verbais propriamente ditas, as quais possuem sufixos indicadores de tempo.

Outros modos de ver as desigualdades e a equidade são minoritários, tanto que poucos são os textos devotado a discutir desigualdade de acesso a bens simbólicos, como estima, confiança e respeito, sentimentos diretamente relacionados à questão do preconceito racial e que vão além da correlação entre cor e renda. Os que tocam no tema das cotas raciais de acesso ao ensino superior são refratários a esta política e, por extensão, à ampliação da base informacional nas discussões e medidas relacionadas a desigualdade e a pobreza no Brasil.

O economista Amartya Sen defende a ampliação desta base informacional – de renda para capacidades básicas⁹ – a fim de enriquecer a compreensão desses problemas sociais. Isto porque a desigualdade de renda pode diferir radicalmente da desigualdade social em função de outras variáveis, como bem-estar, acesso a oportunidades, direitos, segurança e muitas outras variáveis referentes à qualidade de vida de modo geral (Sen, 2010).

Se, a partir do debate público levado a cabo na mídia impressa dos principais jornais do país, podemos entender que cabe ao Estado a prerrogativa e os meios para fazer alguma coisa, faltando-lhe, porém, vontade política, cabe à sociologia tentar compreender o que significa vontade política ou a falta dela.

Este questionamento leva-nos, enfim, ao último propósito desta pesquisa, o de ensaiar uma interpretação livre das percepções sobre justiça e obrigação moral (solidariedade) na sociedade brasileira. Os textos opinativos que apresentavam as funções de linguagem apelativas, emotivas e fáticas forneceram a base material para estas conclusões, assim como a orientação teórico-analítica de Blofield e seu valioso conceito de “distância social”, discutido no primeiro capítulo desta dissertação.

Segundo Blofield, o desconhecimento, por parte das elites, das necessidades e das dificuldades enfrentadas pelas populações desfavorecidas levam a percepções empobrecidas sobre as melhores formas de lidar com os problemas sociais em pauta, aqui refletida pela estreiteza do foco em renda em detrimento de outros critérios de avaliação (como segurança, engajamento social e político, liberdade etc.), e ao

⁹ Amartya Sen propõe que a pobreza seja abordada como privação de capacidades e não como privação de renda, pois existem muitas outras influências sobre a qualidade (ou a desvantagem) de vida de uma pessoa além da renda. A relação entre renda e capacidade pode ser afetada, por exemplo, pela idade, pelos papéis sexuais e sociais, pela inclusão educacional ou tecnológica, pela localização geográfica e condições epidemiológicas etc. As capacidades consideradas por ele como intrinsecamente importantes são todas relacionadas ao conceito de liberdade e resumem-se em: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Neste sentido, a perspectiva da capacidade na análise da pobreza e da desigualdade social desvia atenção dos meios (da renda) para os fins que as pessoas perseguem (qualidade de vida).

enfraquecimento da empatia entre grupos. Conforme também discutimos no capítulo teórico, o conceito de obrigação moral e de solidariedade estão diretamente relacionados à identidade entre os grupos. Se pessoas têm modos de vida e experimentam realidades sociais muito distintas, como em países com altos índices de desigualdade, elas não sentem que pertencem a um mesmo conjunto e não sentem-se moralmente ligadas.

No Brasil, apesar da retórica da responsabilidade coletiva, da justiça social e da busca por mais igualdade, os diferentes grupos – elites e pobres – não parecem pertencer à mesma comunidade política, nem por laços de reciprocidade e interdependência, nem por ligação emocional, tampouco por uma valorização de uma cultura de liberdade individual, geralmente acompanhada pela retórica dos direitos universais. Não há, igualmente, uma argumentação forte a favor da ideia de reparação a erros e injustiças históricas.

Conforme pontua um editorial do Estado de S. Paulo, “os altos níveis de desigualdade têm sido relativamente imunes às diferentes estratégias de desenvolvimento implementadas na região desde a década de 1950”. Talvez a resposta para este comentário e para a crítica ao comportamento e aos valores políticos das elites, repetida exaustivamente no material empírico, esteja na baixa pervasividade da estrutura social brasileira, ainda pouco associativa e com baixos níveis de comunicação inter-grupos. Esta reflexão chama atenção para os aspectos interacionais e de cultura política, que devem ser objeto de atenção de uma sociologia da desigualdade, de tentativas de experimentação social e de formuladores de políticas.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa tratou do debate sobre a construção de sentidos em torno do que me arrisco a chamar de “pacto social brasileiro”, cujos impactos se sentem não somente nas estratégias de governo e nas disputas entre partidos e alianças, mas também no cotidiano das pessoas que vivem e circulam no país.

Se, por um lado, o que determinou a mudança para as soluções coletivistas dos problemas da pobreza e da adversidade foi uma mudança na balança de poder entre grupos de interesse e a crescente capacidade administrativa do Estado, por outro, este processo não esteve apartado de um elemento moral, que continua a se fazer presente. Seja na instituição da caridade como norma de interação entre ricos e pobres, seja na fundação de um Estado de Bem-Estar Social (Wolfe, 1989).

Ao serem perguntadas sobre os motivos do fracasso de se criar igualdades de oportunidade no Brasil, setores das elites elencam, majoritariamente, explicações de cunho voluntarista ou estrutural. A falta de vontade política do Estado em cumprir suas funções sociais era e continua a ser a principal explicação dada por elas. Muito embora as elites demonstrem uma percepção voluntarista da realidade e acreditem na possibilidade de melhoria das condições de vida dos pobres, elas não se sentem responsáveis pela pobreza e pela desigualdade no país e não trazem para si a prerrogativa de trabalhar pela mudança, e nem mesmo de exercer pressão sobre a máquina estatal para que ela o faça. Neste sentido, a condição social brasileira teria raízes estruturais, difíceis de serem alteradas. Curiosamente, mesmo as elites burocráticas e a elite política – parlamentares no Congresso – não se viam como parte deste Estado (Reis, 1998, 2000, 2005, 2009, 2012).

Parte da explicação da inexistência do sentimento de responsabilidade por parte da elite passa pelas condições históricas de construção do estado-nação no Brasil e, conseqüentemente, por uma questão cultural (Reis, 2000, 2012). As elites que estiveram diretamente envolvidas na criação do Estado de Bem-Estar Social europeu participaram ativamente da construção do próprio Estado e já compartilhavam, previamente, um sentimento de identidade como nação. O processo de construção do estado no Brasil foi bem diferente: o Estado foi instituído por autoridades até então coloniais e sua constituição precedeu a formação de uma nação, no sentido de uma comunidade política que partilha uma identidade, valores e uma consciência nacional (Schwartzman, 1982, 2004; Reis, 1998; 2012).

Esta explicação histórica é contundente e foi, agora, complementada com uma análise contemporânea das percepções das elites sobre seu papel na redução da pobreza e das desigualdades. Com a implementação de vários programas sociais novos na história brasileira, houve mudanças e continuidades nessas percepções. O mapeamento empenhado constatou um otimismo geral com o crescimento econômico e com as políticas sociais de distribuição condicionada de renda. Enquanto há um consenso em torno do Bolsa Família, que muito provavelmente deve passar de um programa social de governo para um direito estabelecido, a imprensa expressa a problemática da desigualdade atrelada ao preconceito racial como sendo controversa, contribuindo para que ela permaneça como tal no debate público.

O conceito de “distância social” entre elites e classes mais baixas pode explicar o comportamento das primeiras em relação às últimas (Blofield, 2011). De acordo com

a análise empenhada, o distanciamento social se traduz como ausência de incentivo político para exigir mudanças de atores específicos ou para empenhar-se pessoalmente na transformação da atual realidade. Um fosso muito grande entre ricos e pobres enfraquece a solidariedade que a cidadania democrática requer. Como consequência, os serviços públicos deixariam de ter ou nunca chegariam a oferecer boa qualidade de atendimento, por exemplo. Esses locais deixariam de ser espaços de interação e conhecimento, onde cidadãos de diferentes classes econômicas se encontram e intercambiam experiências.

Em consonância com esta interpretação, não encontrei no caso brasileiro evidências fortes de nenhum dos três princípios fundamentais de reconhecimento mútuo, fundamentais para a criação de um vínculo de obrigação moral entre grupos sociais, a saber: o amor (geralmente limitado ao espaço privado das relações pessoais), o sentimento de igualdade (no espaço dos direitos instituídos) e a solidariedade (no espaço das relações sociais interdependentes).

A recuperação da idéia de sociedade civil nos anos 1980 e 90 animaram a redescoberta dos estudos sobre cidadania como um mecanismo de distribuição do pertencimento, antes obscurecido pela ideologia liberal e seu foco no mercado e nos direitos naturais, pela ideologia republicana que ressaltava, de maneira insuficiente, a igualdade e a participação política e pela teoria comunitarista, cuja ênfase recaía em práticas sociais associativas em oposição à regulação estatal. Como resultado desta pesquisa, vê-se que face ao Estado e ao papel do dinamismo do mercado, o fortalecimento da sociedade civil e dos vínculos horizontais continua a ser um objetivo pouco importante para a diminuição das assimetrias sociais no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, J. *The Meanings of Social Life: A Cultural Sociology*. New York: Oxford University Press, 2003.

BLOFIELD, M. (Ed.). *The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America*. Philadelphia: The Pennsylvania University Press, 2011.

_____. Desigualdad y Política en América Latina. *Journal of Democracy en Español*, 2011a.

CAMPOS, L.A.; FÉRES JR., J.; DAFLON, V.T. “Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 7-31.

- CARDOSO, F.H.; FOXLEY, A (Orgs.) *América Latina: desafios da democracia e do desenvolvimento*. Vol. 2 – Políticas sociais para além da crise. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: iFHC, 2009.
- CARRITHERS, M; COLLINS, S. & LUKES, S. *The Category of the Person: Anthropology, Philosophy, History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- DE SWAAN, A. *In Care of the State: Health Care, Education, and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era*, New York: Oxford University Press, 1988.
- DE SWAAN et al. Elite Perceptions of the poor: Reflections for a Comparative Project. *Current Sociology*, 2000, 48:43.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. Martins Fontes: São Paulo, 2004.
- _____. *Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*, vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FÉRES JÚNIOR, J; DAFLON, V.T.; CAMPOS, L.A. Lula's Approach to Affirmative Action and Race. *Nacla Report on the Americas*, vol. 44, n. 2, March\April 2011.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1970.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HOSSAIN, N. Productivity and Virtue: Elite Categories of the Poor in Bangladesh. *World Development*, Vol. 33, No. 6, pp.965-977, 2005.
- LANE, R. Political Culture: Residual Category or General Theory? *Comparatives Political Studies*, Vol. 25, No. 3, October 1992, p. 362-387.
- LYRA, D.; LÓPEZ, M. Ideologies of Equality? Public Representations of poverty in unequal democracies. Panel presentation in the Second ISA Forum of Sociology: Social Justice and Democratization. August 2012, UBA, Buenos Aires, Argentina.
- MATTE, A.C.F.; LARA, G.M.P. "Semiótica greimasiana: estado da arte". In: PINTO, J.; NOVA, V.C. *Algumas semióticas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MICHELS, R. *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Bureaucracy*. New York: Dover Publications, 1915.
- MILL, J. S. *A Liberdade/Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MILLS, C.W. *The Power Elite*. Oxford: Oxford University Press, 1956.
- MOSCA, G. *The Ruling Class*. London: McGraw-Hill Book Company, 1939.
- PARETO, V. *The Mind and Society*. London: Jonathan Cape Limited, 1935.

RAPPORT, N.; OVERING, J. *Social and Cultural Anthropology: The Key Concepts*. London, New York: Routledge, 2000.

REIS, E. P. *Processos e Escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

_____. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2000, vol.15, n.42, pp. 143-152.

_____. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. In: SCALON, C., *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. "O Estado Nacional como Desafio Teórico e Empírico para a Sociologia Contemporânea", in F. Schwartzman, et alli. (orgs.) *O Sociólogo e as Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 27-52.

_____. Poverty in the Eyes of the Brazilian Elites. In: Amsden, Di Caprio and Robinson (eds.) *The Role of Elites in Economic Development*. Oxford University Press, 2012.

REIS, E; MOORE, M. (eds) *Elite Perceptions of Poverty and Inequality*, Zed Books, London, 2005.

SANDEL, M. J. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

_____. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium Editora, 2004

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SWIDLER, Ann. Culture in Action: Symbols and Strategies. *American Sociological Review*, Vol. 51, No. 2 (Apr. 1986), pp. 273-286.

TÖNNIES, F. "Comunidade e sociedade". In: Miranda, O. *Para ler Ferdinand Tönnies*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*, parte 1 e 2. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. "Conceitos Sociológicos Fundamentais". In: Economia e Sociedade. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, pp.3-35.

WOLFE, A. *Whose keeper? Social science and moral obligation*. Berkeley, CA: University of California Press, 1989.